

Felipe Saldanha

Universidade Presbiteriana

Mackenzie – UPM

E-mail:

fgsaldanha@gmail.com

Este trabalho está licenciado sob
uma licença [Creative Commons
Attribution 4.0 International
License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).

Copyright (©):

Aos autores pertence o direito
exclusivo de utilização ou
reprodução

ISSN: 2175-8689

Tendências da Educomunicação Socioambiental: Diversidade epistemológica nas práticas de intervenção social

*Socioenvironmental Educommunication
trends:
Epistemological diversity in social
intervention practices*

*Tendencias en Educomunicación
Socioambiental:
Diversidad epistemológica en las
prácticas de intervención social*

Saldanha, F. Tendências da Educomunicação Socioambiental:
Diversidade epistemológica nas práticas de intervenção social.

Revista Eco-Pós, 28(1), 157–180.

<https://doi.org/10.29146/eco-ps.v28i1.28461>

RESUMO

Este artigo objetiva identificar as mais recentes tendências das práticas de intervenção social da Educomunicação Socioambiental e os aportes conceituais provenientes de relatos produzidos sobre elas. Procedeu-se com análise documental sobre o conteúdo disponibilizado no site da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom) e posterior pesquisa bibliográfica. O texto aborda os precursores, a sistematização e a consolidação do conceito. Na sequência, apresenta as cinco tendências identificadas: (i) nos ecossistemas costeiros e marinhos; (ii) em articulação com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável; (iii) em interface com a Divulgação Científica; (iv) em interface com o campo da Comunicação e Saúde; e (v) em interface com a Educação Ambiental Climática. Por fim, constata a diversidade epistemológica que tem caracterizado essas práticas.

PALAVRAS-CHAVE: *Desenvolvimento sustentável; Educação Ambiental; Educomunicação Socioambiental.*

ABSTRACT

This article aims to identify the latest trends in social intervention practices within Socioenvironmental Educommunication and the conceptual contributions from studies conducted on the subject. A documentary analysis was carried out based on content available on the website of the Brazilian Association of Researchers and Professionals in Educommunication (ABPEducom), followed by a bibliographic review. The text discusses the pioneers, systematization, and consolidation of the concept, then presents five identified trends: (i) In coastal and marine ecosystems; (ii) In alignment with the Sustainable Development Goals; (iii) In interface with Scientific Dissemination; (iv) In interface with the field of Communication and Health; and (v) In interface with Climate Environmental Education. Finally, the study highlights the epistemological diversity that has characterized these practices.

KEYWORDS: *Sustainable development; Environmental Education; Socioenvironmental Educommunication.*

RESUMEN

Este artículo tiene como objetivo identificar las últimas tendencias en prácticas de intervención social dentro de la Educomunicación Socioambiental y las contribuciones conceptuales provenientes de estudios realizados sobre el tema. Se llevó a cabo un análisis documental basado en el contenido disponible en el sitio web de la Asociación Brasileña de Investigadores y Profesionales en Educomunicación (ABPEducom), seguido de una revisión bibliográfica. El texto analiza los precursores, la sistematización y la consolidación del concepto, y luego presenta cinco tendencias identificadas: (i) En ecosistemas costeros y marinos; (ii) En articulación con los Objetivos de Desarrollo Sostenible; (iii) En interfaz con la Divulgación Científica; (iv) En interfaz con el campo de la Comunicación y Salud; y (v) En interfaz con la

Educación Ambiental Climática. Finalmente, el estudio destaca la diversidad epistemológica que ha caracterizado estas prácticas.

PALABRAS CLAVE: *Desarrollo Sostenible; Educación Ambiental. Educomunicación; Socioambiental.*

Submetido em 15 de março de 2025.

Aceito em 28 de maio de 2025.

Introdução

A urgência dos esforços de mitigação e adaptação às mudanças do clima causadas pela atividade humana tem sido reiteradamente sustentada pelo consenso da comunidade científica. O relatório mais recente do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC), publicado em 2023, afirma, com alto grau de confiança, que as emissões globais de gases de efeito estufa continuaram a aumentar, levando a impactos adversos generalizados e consequentes perdas e danos relacionados à natureza e às pessoas, além de afetar desproporcionalmente as comunidades vulneráveis, as quais historicamente menos contribuíram para essas mudanças (IPCC, 2023).

A realização da 30ª Conferência das Nações Unidas sobre Mudanças Climáticas (COP30), em Belém (PA), no mês de novembro de 2025, abre uma oportunidade para que o tema ganhe projeção renovada na esfera pública brasileira e também para que o país apresente ao mundo as soluções aqui desenvolvidas para o enfrentamento de desafios socioambientais em geral e da emergência climática em particular.

Nesse sentido, a Educomunicação Socioambiental, com mais de duas décadas desde o início de sua sistematização, se coloca como aliada estratégica desse enfrentamento. Materializa a partir de convergências epistemológicas entre a Educomunicação e, especialmente, a vertente crítica da Educação Ambiental, como as críticas comuns à instrumentalização e o utilitarismo, o incentivo à criação de ecossistemas comunicativos pautados na convivência e o reconhecimento da complexidade inerente à vida (Brianezi; Gattás, 2022).

Ao observar os saberes e fazeres da Educomunicação Socioambiental acumulados ao longo desse período, nota-se que diversas práticas vêm direcionando sua atuação conforme enfoques territoriais ou epistemológicos específicos. Assim, emergem tendências que podem ser caracterizadas como inovadoras dentro desse espaço de aplicação da Educomunicação. Nesse sentido, o presente artigo objetiva identificar essas tendências e quais aportes conceituais provêm dos relatos produzidos sobre elas.

A relevância do recorte sobre a Educomunicação, dentre outras vertentes da alfabetização ou educação midiática, se justifica pelo fato de que, conforme explica Soares (2014), a perspectiva educamunicativa, caracterizada por deslocar o olhar da mídia para a cultura, foi responsável por facilitar o interesse no tema em espaços antes refratários a discussões sobre o assunto, em especial o sistema educativo formal — isso a despeito de enfrentamentos históricos com outras correntes teórico-metodológicas, que mais recentemente vem sendo superados e dando lugar a aproximações e cooperações.

A metodologia adotada foi a de análise documental (Moreira, 2005), com posterior pesquisa bibliográfica (Stumpf, 2005) para aprofundamento dos assuntos levantados. O corpus foi constituído pelo conteúdo disponibilizado no site da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom)¹, mais especificamente textos publicados na seção Notícias e livros disponibilizados na área Publicações². Esse material, veiculado ao longo de mais de dez anos, foi representativo o bastante para a identificação, ainda que não exaustiva, de alguns movimentos que têm contribuído para a práxis educamunicativa socioambiental — ou seja, para atualizar os fundamentos epistemológicos da Educomunicação Socioambiental a partir de práticas de intervenção social.

¹ Disponível em: <http://abpeducom.org.br/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

² A relevância desse material se justifica diante dos esforços que a associação tem empreendido para a investigação e promoção da Educomunicação Socioambiental, como a edição dos e-books *Educomunicação, Transformação Social e Desenvolvimento Sustentável* (Soares; Viana; Prandini, 2020), que dedica uma seção inteiramente ao tópico *Meio Ambiente, e Educomunicação e Educação Midiática nas Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra* (Soares et al., 2023), com uma coletânea de artigos apresentados no IX Encontro Brasileiro de Educomunicação. O interesse na temática foi reiterado com o anúncio pela ABPEducom aos seus associados, no fim de 2024, da criação do Grupo Temático Educomunicação Socioambiental.

1 Precusores e Sistematização

As bases para o surgimento da Educomunicação Socioambiental como conceito formal se estabelecem a partir de políticas públicas e ações socioculturais que foram sendo construídas principalmente a partir da segunda metade do século XX. Como se nota pela sua própria terminologia, remetem à confluência de dois fenômenos: de um lado, a Educação Ambiental (EA) e, de outro, a Educomunicação.

Como observa Isabel Carvalho (2008), a EA nasce do encontro da preocupação ambiental na sociedade com uma educação que tem passado a se mostrar mais sensível aos movimentos sociais e acontecimentos socioculturais, incluindo a educação de gênero ou a educação para os Direitos Humanos. Em nível global e político, a consolidação dos princípios, estratégias e funções da Educação Ambiental deve-se especialmente a uma série de encontros globais articulados pela Organização das Nações Unidas (ONU) que tomaram lugar em Estocolmo, em 1972; Belgrado, 1975; Tbilisi, 1977; e Rio de Janeiro, 1992. Dentre esses, a Conferência Intergovernamental sobre Educação Ambiental (1977) dedicou uma de suas recomendações, a de número 20, especificamente ao reconhecimento da importância dos meios de comunicação social para a educação formal e não formal (São Paulo, 1994).

A despeito desse alinhamento institucional da EA em nível internacional, não se deve perder de vista que práticas diversas e conflituosas se abrigam sob esta denominação, ainda segundo Carvalho (2008), que alerta para as “muitas divergências e disputas entre diferentes pontos de vista sobre o que fazer, sobre como gerir as questões ambientais, sobre que interesses devem prevalecer na complexa negociação entre os diversos grupos sociais [...]” (Carvalho, 2008, p. 147).

Ao longo das últimas décadas do século XX, a Educomunicação começou a consolidar-se na América Latina como uma abordagem inovadora na intersecção entre Comunicação e Educação. Essa perspectiva busca integrar práticas comunicativas ao ambiente educacional, promovendo um aprendizado mais dinâmico e participativo. Para Soares (1999), sua gênese remonta aos projetos de leitura crítica da mídia influenciados por Paulo Freire e desenvolvidos

“fundamentalmente à margem dos sistemas educativos, originando-se nos bairros, nos subúrbios e nas comunidades camponesas, sob os auspícios de instituições voltadas para a educação e a cultura popular” (Soares, 1999, p. 32).

Em 1999, acontecem dois marcos para o entrecruzamento entre EA e Educomunicação: é sancionada a Lei nº 9.795, de 27 abril de 1999, que institui a Política Nacional de Educação Ambiental (PNEA) (Brasil, 1999), e é publicado o relatório de pesquisa do Núcleo de Comunicação e Educação da Universidade de São Paulo (NCE/USP) que, a partir de dados coletados junto a especialistas e agentes culturais, lançou a definição teórica do campo da Educomunicação e delimitações iniciais de suas áreas de intervenção (Soares, 1999).

Em 2002, a PNEA é regulamentada pelo Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002, que estabelece um órgão gestor compartilhado pelos Ministérios do Meio Ambiente (MMA) e da Educação (MEC). No ano seguinte, delegados da I Conferência Nacional de Meio Ambiente encaminham ao governo federal moção de demanda pela elaboração de uma política de comunicação ambiental. Em 2003, a segunda³ versão do Programa Nacional de Educação Ambiental (ProNEA), publicada pelo Órgão Gestor do PNEA, define “Comunicação para educação ambiental” como uma de suas linhas de ação⁴ (Brasil, 2002; 2003; 2005a).

Em 2004, na busca por sistematizar a citada linha, o mesmo órgão institui o Programa de Educomunicação Socioambiental, objeto de debate de uma oficina nacional promovida pelo MMA naquele ano. As discussões, que tiveram a participação de membros do NCE/USP, resultaram em um primeiro documento encaminhado para consulta pública no ano seguinte (Brasil, 2005b). Ainda em 2004, durante o V Fórum Brasileiro de Educação Ambiental, realizado na capital de Goiás, Goiânia, é criada a Rede Brasileira de Educomunicação Ambiental (Rebeca), conforme relata Martirani (2008).

³ Uma primeira versão do programa foi criada pela Presidência da República em 1994. O programa foi reinstituído pelo MMA com a aprovação da PNEA, em 1999. A segunda versão do programa, publicada em 2003, foi colocada em consulta pública (Brasil, 2003). A terceira versão, consolidada, foi publicada dois anos depois (Brasil, 2005b).

⁴ As demais linhas de ação eram: *Gestão e planejamento da educação ambiental no país*; *Formação de educador@s ambientais*; *Formação ambiental continuada e inicial de professores*; e *Monitoramento e avaliação de políticas, programas e projetos de educação ambiental*.

Finalmente, em 2008, ao fim da consulta pública, o MMA publica a versão final do texto-base sobre Educomunicação Socioambiental (Brasil, 2008). O documento adota o conceito de Educomunicação sistematizado pelo NCE, bem como cita Paulo Freire, Mario Kaplún e outros autores reconhecidos pelo núcleo de pesquisa como fundamentais para o campo. O texto-base propõe princípios, linhas de ação, meios de implementação (diagnósticos, pesquisas, articulação de bases virtuais de ação, apoio ao planejamento e gestão de programas, entre outros) e campos de aplicação — EA popular, não formal e informal; políticas públicas e movimentos sociais; educação formal; educação difusa e meios de comunicação de massa; gestão ambiental pública.

No material, a expressão Educomunicação Socioambiental é definida como o “conjunto de ações e valores que correspondem à dimensão pedagógica dos processos comunicativos ambientais, marcados pelo dialogismo, pela participação e pelo trabalho coletivo” (Brasil, 2008, p. 10). Diferencia-se de outras abordagens pela ênfase no acesso à participação e gestão dos meios de comunicação, e não apenas no acesso à informação. Já a opção pelo termo “socioambiental” no lugar de “ambiental” seguia a diretriz do ProNEA, que também buscava privilegiar essa formulação por entender ser necessário enfatizar a articulação entre ambas as dimensões (Brasil, 2005b).

2 Consolidação

Soares (2017) aponta que alguns autores consideram a Educomunicação Socioambiental como uma das áreas de intervenção da Educomunicação, enquanto outros afirmam que seria um espaço de aplicação para desenvolvimento de ações ligadas às demais áreas. A própria notoriedade dessa divergência teórica enfatiza a relevância que o conceito adquiriu, evidenciada pela sua consolidação como política pública em diversos territórios brasileiros e como objeto de pesquisa científica.

Em nível nacional, o Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima manteve ações estratégicas ligadas à linha de ação *Comunicação para educação ambiental* do ProNEA sob a

perspectiva da Educomunicação, como o *COLECIONA: fichário d@ Educador Ambiental* (material especializado em informações sobre Educação Ambiental e Educomunicação), o *Circuito Tela Verde: Mostra Nacional de Produção Audiovisual Independente* (com seleção regular de vídeos e parceria com espaços exibidores), o *Nas Ondas do São Francisco* (produção de spots de rádio pelas comunidades da bacia hidrográfica do São Francisco), entre outras (Brasil, 2020).

A Educomunicação no contexto da Educação Ambiental aparece também em outros documentos e estratégias do MMA, como o Programa de Educação Ambiental e Agricultura Familiar (PEAAF), e do Ministério da Educação (MEC), como o *Vamos Cuidar do Brasil com as Escolas*, conforme apontam Alves e Viana (2021). Em nível estadual, os autores pontuam que a Educomunicação passa a se fazer presente nas políticas de EA de seis unidades federativas⁵, a partir de 2007, sob influência do programa do Ministério do Meio Ambiente e Mudança do clima. Ademais, observam que, embora alguns documentos proponham diretrizes e instrumentos mais pontuais, a tendência é de integração da Educomunicação como linha ou área temática dos programas ou planos estaduais de Educação Ambiental.

Já no âmbito científico, ainda segundo a pesquisa de Alves e Viana (2021), são identificados 30 (trinta) trabalhos de Pós-graduação (teses e dissertações) que abordam a temática, publicados entre os anos de 2006 e 2016, em 20 (vinte) instituições de ensino superior. O foco dessas produções se divide entre: a EA no ensino formal; a comunicação ambiental; a gestão ambiental; a EA não formal; a percepção ambiental; e as políticas públicas de EA. Nos anos seguintes, o conceito seguiu despertando interesse de mestrandos e doutorandos: uma busca no Catálogo de Teses e Dissertações da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) pelas palavras-chave *Educomunicação Socioambiental* retorna outras 20 (vinte) produções defendidas entre 2018 e 2024, cinco delas somente neste último ano⁶.

⁵ Segundo o levantamento, são eles: São Paulo (2007); Espírito Santo (2009); Sergipe (2010); Bahia (2011); Paraná (2013); e Alagoas (2016).

⁶ Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses/#/>. Acesso em: 25 maio 2025.

Igualmente na esfera acadêmica, a Licenciatura em Educomunicação da Escola de Comunicações e Artes (ECA) da Universidade de São Paulo (USP) oferece, desde 2014, a disciplina *Educomunicação Socioambiental*, que busca preparar os estudantes para se tornar professores de comunicação e consultores na área. O programa da disciplina aborda a gestão ambiental, o desenvolvimento sustentável e a elaboração de projetos e produtos voltados à comunidade universitária e à sociedade em geral (USP, 2014). Em 2024, o Instituto de Ciência da Educação da Universidade Federal do Oeste do Pará (Ufopa), em Santarém, ofereceu a disciplina optativa *Educomunicação Socioambiental*, durante a qual foram produzidas peças educacionais socioambientais na forma de *podcasts*, vídeos e peças teatrais (Comunicação ABPEducom, 2024a).

3 Múltiplas Manifestações

É na alçada das ações realizadas por movimentos sociais ao longo da última década, conforme revela o levantamento realizado no acervo da ABPEducom, que a Educomunicação Socioambiental desenvolve complexidade e capilaridade nas diferentes regiões do Brasil. Algumas dessas manifestações tendem a se distanciar do referencial teórico estabelecido pelo programa implantado pelo MMA a partir de 2004, mas todas assumem explicitamente o conceito da Educomunicação, bem como dialogam com fundamentos da Educação Ambiental.

Em que pesem as limitações do *corpus*, o levantamento aponta para cinco tendências da Educomunicação Socioambiental verificadas nos projetos mais recentes: a) nos ecossistemas costeiros e marinhos; b) em articulação com a sustentabilidade e/ou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS); c) em interface com a Divulgação Científica; d) em interface com os campos da Comunicação e Saúde e da Saúde Planetária; e e) em interface com a Educação Ambiental Climática.

Com relação ao primeiro ponto — *ecossistemas costeiros e marinhos* —, destaca-se como projeto pioneiro o Babitonga Ativa⁷, realizado entre 2015 e 2019, no litoral norte de Santa Catarina (SC), pela Universidade da Região de Joinville (Univille), com recursos do Ministério Público Federal (MPF) provenientes de ajustamento de conduta originado de multa ambiental, como relatado por Fabiano Carvalho *et al.* (2019). A Educomunicação Socioambiental se fez presente na iniciativa especialmente por meio da “implantação da Agenda Integrada de Ecocidadania (AIE), instrumento de planejamento participativo que busca a convergência progressiva das políticas públicas e ações interinstitucionais de Educação Ambiental na região” (Carvalho *et al.*, 2019, p. 281-282).

No âmbito da AIE, foram realizados: Ciclos de Educomunicação Audiovisual, com públicos locais que se envolveram em exercícios de escrita de roteiro e expressão audiovisual; um ciclo de oficinas sobre Educomunicação Socioambiental como prática pedagógica transformadora, durante a Formação Continuada em Ecocidadania (FCE) com participação de comunidades escolares e seus entornos; e o 1º Encontro Regional de Educomunicação da Baía Babitonga, que reuniu professores, universitários e cidadãos. Ao refletir sobre o programa, Carvalho *et al.* (2019) afirmam que o audiovisual — ao que poderiam ser acrescentadas as demais linguagens midiáticas, numa perspectiva educacional — “é um instrumento poderoso na promoção da reflexão sobre temas de importância para a sociedade e para educar seus participantes para o fazer coletivo” (Carvalho *et al.*, 2019, p. 298). Quanto às fragilidades do projeto, os autores apontam que se configurava como ação pontual não associada a uma política pública continuada para a região.

Ainda no tocante aos ecossistemas costeiros e marinhos, indica-se o Painel Brasileiro para o Futuro do Oceano (PainelMar), plataforma colaborativa multissetorial de indivíduos e organizações, que foi concebido a partir de 2012, lançado em 2015 e cujas ações começaram a ser operacionalizadas, a partir de 2019, por meio do programa Horizonte Oceânico Brasileiro

⁷ O projeto recebeu esse nome por ser desenvolvido na baía da Babitonga, microbacia hidrográfica rodeada por remanescentes de Mata Atlântica que abriga 80% dos manguezais catarinenses, segundo afirma Patricia Zimmermann (2019), que redigiu dissertação sobre o Babitonga Ativa.

(HOB). A iniciativa, que enfatiza o protagonismo de profissionais em início de carreira para atuação na interface entre conhecimento e políticas públicas, foi constituída por três ciclos de pesquisa-ação, concluídos em 2022, que foram compostos por seminários, durante os quais times elaboraram planos de ação que são implementados no período entre tais seminários (Gerhardinger, 2020).

No HOB, a Educomunicação Socioambiental Costeira e Marinha deu nome a um dos times de pesquisa-ação⁸ e também foi eixo transversal para a implementação das ações previstas pelo programa. Em 2020, o referido time publicou, no relatório produzido pelo programa, os resultados de um levantamento preliminar de agentes educadores socioambientais costeiros e marinhos no Brasil. A pesquisa mostrou que a maior parte é de organismos do terceiro setor, seguidos por iniciativas privadas e universidades. Entre as temáticas trabalhadas, estão: políticas públicas, pesca sustentável, poluição dos oceanos por resíduos sólidos, curiosidades e conservação de espécies de fauna marinha, entre outras (Silveira, 2020).

O segundo relatório, publicado em 2021, evidencia a absorção do conceito de Educomunicação pelos demais times de pesquisa-ação, a começar pelo subtítulo do próprio relatório (*Educomunicando em Redes*) e exemplificada também pela realização de eventos com mediação educacional e oficinas de cobertura colaborativa, produção de materiais em diversas linguagens visuais e protagonismo na gestão de equipes multidisciplinares. Nesse sentido, o time de Educomunicação direcionou suas ações para a formação das demais redes, por meio da oferta do curso *on-line Educomunicação Socioambiental na Prática: Saberes para a Mobilização em Rede* e da publicação de um *e-book* com dicas para comunicação interna (PainelMar, 2021). O terceiro e último relatório, de 2022, registra que o time produziu uma série de vídeos com entrevistas feitas junto a especialistas em Educomunicação, realizou a segunda edição do curso *on-line* (desta vez, focada na formação de Jovens Embaixadores Estaduais da Educomunicação Socioambiental), finalizou o mapeamento de agentes

⁸ Os demais times são: Mandato Coletivo; Redes de Aprendizagem Internacionais; Justiça Socioambiental; Planejamento Espacial Marinho; Governança e Política Internacional; Pesca Sustentável; e Estressores Ecológicos e Cenários Futuros.

educadores socioambientais e disseminou o conteúdo do *e-book* sobre comunicação interna para outros públicos por meio das mídias sociais (PainelMar, 2022).

O trabalho do PainelMar foi reconhecido em recente relatório da Academia Nacional de Ciências dos Estados Unidos, sobre a década da ciência oceânica de 2025 a 2035, como exemplo de inclusão de cientistas e não cientistas, especialmente de comunidades historicamente marginalizadas e grupos sub-representados, no desenvolvimento de competências e produção de conhecimento relacionados à pesquisa, educação e governança costeira e marinha. Neste sentido, o documento destaca como o painel articulou redes de aprendizagem marinha com estratégias de alfabetização midiática e informacional (National Academies of Sciences, Engineering, and Medicine, 2025).

A segunda tendência da Educomunicação Socioambiental identificada no levantamento — a *articulação com a sustentabilidade e/ou os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)*, conforme delineados pela Agenda 2030 da ONU⁹ — se materializa, especialmente, no trabalho desenvolvido no contexto de duas políticas públicas: o Núcleo de Educomunicação da Secretaria Municipal de Educação (SME/SP) e o Programa Cidadania Viva, da Secretaria de Estado de Turismo, Esporte, Cultura e Cidadania (Setesc) do estado de Mato Grosso do Sul (MS).

Como mostram Brianezi, Lima, Oliveira e Gattás (2023), ações de Educomunicação Socioambiental vêm sendo realizadas no âmbito da rede paulistana desde pelo menos o ano de 2008, muitas das quais vinculadas ao Programa Imprensa Jovem¹⁰, fundamentado nos princípios da Educomunicação e que tem “o objetivo de desenvolver ações que promovam o protagonismo infantil e juvenil, o direito à comunicação e à liberdade de expressão por meio, inclusive, da apropriação de recursos midiáticos de aprendizagem” (São Paulo, 2016, p. 9).

⁹ Em 2015, a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável, composta por 17 (dezessete) Objetivos de Desenvolvimento Sustentável e 169 (cento e sessenta e nove) metas constituintes de um plano de ação que envolve 5 Ps — Pessoas, Planeta e Prosperidade, buscando fortalecer a Paz universal com atuação em Parceria colaborativa — a ser plenamente implementado ao longo dos 15 (quinze) anos seguintes (ONU, 2015).

¹⁰ A origem do Imprensa Jovem, coordenado pelo Núcleo de Educomunicação da SME/SP, remete ao Programa Educom.rádio — Educomunicação pelas Ondas do Rádio, proposta pioneira de Educomunicação na educação formal, desenvolvida na rede municipal de São Paulo pelo NCE/USP entre 2001 e 2004 (Horta, 2007).

Ainda segundo os autores, o Núcleo de Educomunicação da SME/SP ofertou, de 2015 a 2017, o curso Educomunicação Socioambiental para professores da rede, com o objetivo de “incentivar práticas educacionais que promovessem o debate sobre e o exercício da sustentabilidade nas escolas” (Brianezi; Lima; Oliveira; Gattás, 2023, p. 204).

Em 2017, o município integrou os ODS ao seu currículo¹¹, sustentando-se nos princípios da Educação para o Desenvolvimento Sustentável (EDS)¹², o que estimulou escolas da rede a desenvolverem iniciativas voltadas para os ODS no âmbito do *Imprensa Jovem*. Rehder (2020) relata alguns desses projetos: mural grafitado com conteúdo multimídia sobre os ODS acessível por meio de *QR codes*; trilhas no interior de unidades de conservação com discussão sobre mudanças climáticas e produção de vídeos; produção de animações *stop motion* com temas ligados aos ODS; além de outras propostas que, embora não necessariamente executadas, foram apresentadas em Roteiros de Atividade Educativa (RAEs) criados como trabalho de conclusão dos cursos ofertados para educadores pelo Núcleo de Educomunicação da SME/SP.

Destacam-se, ainda, as produções audiovisuais elaboradas por estudantes e professores dos Ensinos Infantil e Fundamental que participaram da segunda oferta do curso *Imprensa Jovem Online — Telejornalismo*, que teve como tema a sustentabilidade, e da sétima oferta, focada nos ODS (Lima; Santos; Soares, 2020). Foi oferecida ainda, em 2020, a formação *Imprensa Jovem Online — Estudante Mediador dos ODS*, na modalidade remota. Ministrado ao longo de oito semanas pelo Núcleo de Educomunicação em parceria com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco), o curso formou 200 (duzentas) pessoas, entre professores e estudantes, orientado pelos princípios da Alfabetização Midiática e Informacional e dos ODS. A iniciativa resultou em produções midiáticas de intervenção

¹¹ Em 2017, foi lançado o novo Currículo da Cidade, documento que atualiza as orientações curriculares do município de São Paulo para que se alinhem à Base Nacional Comum Curricular (BNCC) e que, pela primeira vez, levou em consideração a opinião dos estudantes (São Paulo, 2017).

¹² A EDS “pode ser conceituada como uma educação que contribui para que as pessoas pensem criticamente, identificando elementos insustentáveis em suas vidas e na sociedade, e ajam por mudanças sociais e ambientais positivas” (Unesco, 2020, p. 36). Relaciona-se diretamente com o ODS 4 (“Educação de qualidade”) e indiretamente com os demais ODS.

comunitária, elaboradas e distribuídas pelos próprios participantes, voltadas para os temas da Comunicação e Educação em Saúde e do combate à desinformação (Ferreira, 2021).

No caso da experiência sul-mato-grossense, o Programa Cidadania Viva¹³ se origina com a aprovação, em 2021, pela Assembleia Legislativa de projeto de lei apresentado pelo Poder Executivo, tendo iniciado sua execução no ano seguinte, conforme relata Elisângela Costa (2023), coordenadora executiva do programa. Essa política pública consiste na inserção da prática educ comunicativa na educação não-formal, por meio da concessão de bolsas a estudantes com faixa etária entre 16 e 29 anos para que desenvolvam ações ancoradas nos pilares da comunicação, cultura e cidadania (produção de informativos, cobertura e realização de eventos, rodas de conversa, expressão artística, disseminação de conhecimento histórico, entre outras). O público atendido inclui indígenas, pessoas com deficiência, negros, LGBT+, mulheres e residentes em diferentes regiões da capital Campo Grande. Ainda segundo a autora, a incorporação dos ODS está presente no edital de seleção de bolsistas, que explicita a sintonia do projeto com a Agenda 2030, na apresentação e promoção de oficinas e atividades com temas ligados aos ODS abertas à população local e na recomendação de que produções e coberturas dos bolsistas sejam atreladas a ao menos um ODS.

A terceira tendência da Educomunicação Socioambiental aqui identificada — isto é, a *interface com a Divulgação Científica*¹⁴ — aparece na prática educ comunicativa de produção de videoclipe ambiental, desenvolvida por Vânia Beatriz Vasconcelos de Oliveira, pesquisadora do Centro de Pesquisa Agroflorestal de Rondônia da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa Rondônia). Segundo relata a idealizadora (Oliveira, 2010), a prática foi inicialmente desenvolvida em uma escola de Porto Velho (RO) em 2008, no âmbito do projeto *Com.Ciência Florestal*, iniciativa da Embrapa Rondônia voltada à divulgação de resultados de pesquisa junto à sociedade em geral. Baseando-se na abordagem dialógica de Bakhtin, a autora propõe uma metodologia no formato de oficina que associa o discurso científico — gerado pela pesquisa

¹³ Disponível em: <https://www.instagram.com/cidadaniavivams>. Acesso em: 15 mar. 2025.

¹⁴ A Divulgação Científica tem a função de democratizar o acesso ao conhecimento científico, por meio dos mais variados canais, e contribui para incluir os cidadãos não iniciados no debate sobre temas especializados (Bueno, 2010).

agropecuária e agroflorestal — ao discurso literário, com vistas à sensibilização ambiental dos participantes e à mobilização da sociedade para a ação cidadã.

Desde então, a atividade foi replicada com produtores organizados de reservas extrativistas, educadores ambientais, alunos dos Ensinos Fundamental e Médio de escolas públicas e estudantes universitários da área da Comunicação Social. O foco tem sido em promover a valorização do produtor extrativista de produtos florestais não madeireiros, como a castanha, cuja atividade é considerada sustentável. A oficina se desenvolve com base em três elementos: a audição e análise textual e crítica de uma música produzida por artista da região amazônica (discurso literário) portadora de discurso ambiental; a construção de uma narrativa audiovisual no formato de videoclipe, associando-se imagens à referida música; e a prática educacional socioambiental caracterizada pela interação dialógica entre os participantes (Oliveira, 2015).

Por sua vez, a quarta tendência da Educomunicação Socioambiental identificada no levantamento — a *interface com os campos da Comunicação e Saúde*¹⁵ e da *Saúde Planetária*¹⁶ — teve, como principal lugar de aplicação, o trabalho do Núcleo Regional da ABPEducom em Lins. O ponto de partida desse trabalho se insere no contexto do projeto Educom.Saúde-SP, realizado pela Secretaria de Estado da Saúde de São Paulo (SES-SP), que tem o objetivo de capacitar funcionários públicos da área da saúde para incorporar a Educomunicação, suas práticas e princípios nas ações de mobilização social para o enfrentamento das doenças transmitidas pelo *Aedes aegypti*, conforme relatam Soares, Viana e Ferreira (2021).

Ainda segundo os autores, a primeira edição do programa, em 2019, atendeu cerca de 200 (duzentos) profissionais provenientes de 80 (oitenta) municípios com mais de 100 (cem) mil habitantes. Por meio de encontros presenciais e formação a distância, os cursistas foram

¹⁵ Para Araújo e Cardoso (2007), trata-se de campo próprio emergente da interface entre as duas áreas, que vai ao encontro à visão instrumental da comunicação a serviço da saúde e se articula mais diretamente com o estudo dos processos de intervenção social, adotando o conectivo “e” para enfatizar uma opção teórica e política.

¹⁶ O conceito de Saúde Planetária pode ser entendido como “a conquista do mais alto padrão atingível de saúde, bem-estar e equidade em todo o mundo por meio da atenção criteriosa aos sistemas humanos — político, econômico e social — que moldam o futuro da humanidade e os sistemas naturais da Terra que definem os limites ambientais seguros dentro dos quais a humanidade pode florescer” (Whitmee, 2015, p. 1978, tradução nossa).

levados a se organizar em grupos, reunidos por afinidade ou proximidade territorial, com vistas a construir um Plano Conjunto de Ação Educomunicativa em Saúde (PCA), que deveria contar ainda com o apoio de uma rede colaborativa formada por lideranças das próprias comunidades atendidas.

As cursistas daquela edição do município de Lins mobilizaram, então, o Comitê Linense de Vigilância Ambiental em Saúde (Colvas)¹⁷ para compor essa rede colaborativa, que por sua vez nomeou um Grupo de Trabalho (GT), especialmente para atender essa demanda, como relata Rocha (2020). Junto a esse GT, foi promovido um Laboratório de Inovação com o objetivo de levantar reflexões para a construção do PCA. Como resultado, as cursistas sistematizaram um plano que contemplou a promoção de formações e eventos, bem como o desenvolvimento de mídias por crianças, jovens e suas famílias.

Embora a pandemia da Covid-19 tenha comprometido a plena consecução do PCA no ano de 2020, as ações começaram a ser sistematicamente executadas a partir do ano seguinte, com o apoio da ABPEducom Lins, e ganharam fôlego quando associados ligados ao grupo se tornaram Embaixadores Nacionais de Saúde Planetária, no âmbito do programa criado pelo Grupo de Estudos em Saúde Planetária do Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo (IEA/USP) (Comunicação ABPEducom, 2021, 2022).

Dessa forma, a partir de 2021, foi possível viabilizar a organização de uma *imprensa jovem local* (à semelhança do modelo implementado na SME/SP), envolvida na produção de vídeos, jornais e *fanzines*, com participação de grupos sociais locais, como famílias responsáveis por uma horta comunitária e catadores de materiais recicláveis. Em 2023, o núcleo iniciou um novo projeto, com o intuito de fornecer material didático e mentoria a jovens

¹⁷ O Colvas é um órgão municipal composto por 20 (vinte) membros provenientes do poder público, da iniciativa privada e da sociedade civil organizada, com “o objetivo de proteger e melhorar o meio ambiente e promover a saúde humana, com ações específicas e integradas de enfrentamento dos determinantes socioambientais e [...] dos agravos decorrentes da exposição humana a ambientes adversos, de modo a contribuir para a melhoria da qualidade de vida da população sob a ótica da sustentabilidade” (Lins, 2012, p. 1).

entre 13 e 17 anos interessados na criação de um Clube Juvenil de Saúde Planetária¹⁸ (Rocha *et al.*, 2023; Comunicação ABPEducom, 2024c).

Percebe-se, assim, que as experiências desenvolvidas pela e com o apoio da ABPEducom Lins podem servir como referência e inspiração para futuras ações que ampliem e fortaleçam as pontes entre Educomunicação e Saúde Planetária. Investigação recente de pesquisadores deste último campo no IEA/USP, inclusive, aponta que o avanço na integração das políticas públicas de clima e saúde depende justamente, entre outros fatores, de melhorias na comunicação e educação, de modo a qualificar o diálogo entre diferentes públicos, promovendo uma visão mais sistêmica, e estimular uma população bem-informada a pressionar formuladores de políticas (Vianna; Zimmermann; Saraiva, 2025). Trata-se, portanto, de um chamado que vai ao encontro das estratégias que constituem o repertório da Educomunicação Socioambiental.

Finalmente, a quinta tendência identificada da Educomunicação Socioambiental no levantamento — a *interface com a Educação Ambiental Climática*¹⁹ — tem sido explorada pelo projeto de pesquisa *Como a educomunicação pode ampliar e qualificar as práticas de educação climática na Educação Básica no Brasil?* (Educom & Clima)²⁰, iniciativa do NCE/USP, em conjunto com parceiros diversos do setor público e da sociedade civil organizada, financiada pela Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de São Paulo (Fapesp).

As ações do projeto incluem um levantamento de organizações e coletivos de educação, comunicação, Educomunicação ou ativismo que trabalhem para enfrentar a emergência climática, com a intenção de montar um banco de dados público e aberto que ajude a conectar e dar visibilidade aos trabalhos de cada entidade em seus territórios, e um curso

¹⁸ Disponível em: <https://www.instagram.com/csplins/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

¹⁹ Este campo contribui para enfrentar a emergência climática na forma de uma abordagem política e ética “seja para fortalecimento de capacidades adaptativas dos povos e comunidades, para enfrentar as consequências das mudanças já ocorridas, seja para atuar na transformação radical dos modos de ser e estar no mundo da sociedade hegemônica, de produzir e de consumir, que são as causas raiz desta crise” (FunBEA, 2023, p. 13). Biasoli e Brianezi (2024) observam que há certa distância entre a Educação Ambiental e a Educação Climática, de modo que esta tende a “tratar o público como decifreadores automáticos ou como simples meios para se atingir um determinado fim” (Biasoli; Brianezi, 2024, p. 4), mas que também existe uma crescente mobilização nacional e internacional em prol do maior alinhamento entre ambas.

²⁰ Disponível em: <https://sites.usp.br/educomeclima/>. Acesso em: 13 mar. 2025.

sobre essa temática voltado para educadores, gestores escolares e equipes de apoio, com o intuito de fortalecer o conhecimento sobre o assunto e ajudar a desenvolver projetos práticos nas escolas (Educom & Clima, 2025).

Considerações Finais

Os movimentos que vêm se estabelecendo nos últimos anos sob a égide da Educomunicação Socioambiental nem sempre adotam explicitamente o conceito, mas guardam em comum a vinculação à área-mãe da Educomunicação, o foco na indissociabilidade entre as questões sociais e ambientais e a procura pelo diálogo com outras áreas do conhecimento que ajudem a dar conta da complexidade dos fenômenos envolvidos — de modo semelhante ao que ocorreu na gênese da própria Educomunicação, concebida a partir da interface entre dois macrocampos e outras áreas afins.

Os relatos analisados, ainda que se refiram a práticas que lograram sucesso em sua implementação, não deixam de mencionar obstáculos enfrentados para que se garanta a perenidade das ações, tais como: a longa duração do processo de validação de uma metodologia a cada aplicação (Oliveira, 2010); as trocas de equipe e, no caso de políticas públicas, de governo ao longo do tempo (Costa, 2023); e a necessidade de formação consistente para os grupos envolvidos (Rocha *et al.*, 2023).

As tendências relatadas no presente artigo representam apenas parte das práticas sociais que têm sido desenvolvidas nesse espaço de aplicação da Educomunicação. Há outras que não se encaixam nas categorias exploradas neste texto ou que têm um escopo mais amplo do que os contornos tradicionalmente estabelecidos pela Educação Ambiental. A título de exemplo, podem-se destacar: a Revista Casa Comum²¹, publicação de inspiração franciscana em defesa de direitos humanos e ambientais; a realização do Festival Internacional de Cinema Ambiental e Direitos Humanos (Ecocine)²², criado em 1992 e desde então com edições anuais;

²¹ Disponível em: <https://revistacasacomum.com.br/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

²² Disponível em: <https://www.ecocine.eco.br/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

e o projeto Caminhos das Águas²³, de formação artística-cultural para pessoas ribeirinhas, quilombolas, indígenas e periféricas (Scala, 2024; Comunicação ABPEducom, 2024b).

Acredita-se que os estudos sobre a Educomunicação Socioambiental seguirão tendo espaço privilegiado dentro da pesquisa na área, dada a diversidade epistemológica que tem caracterizado essas práticas de intervenção social.

Referências

ALVES, Beatriz Truffi; VIANA, Claudemir Edson. Interface entre Educomunicação e Educação Ambiental nas políticas públicas e em teses e dissertações brasileiras. In: COSTA, Rafael Nogueira *et al.* *Imaginamundos: Interfaces entre educação ambiental e imagens*. Macaé: Editora Nupem, 2021. p. 108-136.

ARAÚJO, Inesita Soares de; CARDOSO, Janine Miranda. *Comunicação e saúde*. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2007.

BIASOLI, Semíramis; BRIANEZI, Thaís. *Enfrentar a emergência climática inclui investir em educação ambiental de qualidade*. Brasília: Centro Soberania e Clima, 2024.

BRASIL. *Lei nº 9.795, de 27 de abril de 1999*. Dispõe sobre a educação ambiental. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 1999. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/19795.htm. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASIL. *Decreto nº 4.281, de 25 de junho de 2002*. Regulamenta a Lei no 9.795, de 27 de abril de 1999. Institui a Política Nacional de Educação Ambiental, e dá outras providências. Brasília: Presidência da República, 2002. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2002/d4281.htm. Acesso em: 7 jul. 2022.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. 2. ed. Brasília, 2003.

BRASIL. Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental. *Programa de Educomunicação Socioambiental*. Brasília, 2005a. (Série Documentos Técnicos, n. 2).

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. Coordenação-Geral de Educação Ambiental. *Programa Nacional de Educação Ambiental – ProNEA*. 3. ed. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2005b.

²³ Disponível em: <https://www.ufmt.br/pro-reitoria/procev/pagina/caminhos-das-aguas/12725>. Acesso em: 15 mar. 2025.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. Secretaria de Articulação Institucional e Cidadania Ambiental. Programa Nacional de Educação Ambiental. *Educomunicação socioambiental: comunicação popular e educação*. Brasília: MMA, 2008.

BRASIL. Ministério do Meio Ambiente. *Programas, projetos e ações*. [Brasília, 2020]. Disponível em: <https://web.archive.org/web/20220409091627/https://antigo.mma.gov.br/educacao-ambiental/programas-projetos-e-a%C3%A7%C3%B5es.html>. Acesso em: 18 jul. 2022.

BRIANEZI, Thaís; GATTÁS, Carmen. A educomunicação como comunicação para o desenvolvimento sustentável. *Revista Latinoamericana de Ciencias de la Comunicación*. São Paulo, v. 21, n. 41, p. 33-43, 2022.

BRIANEZI, Thaís; LIMA, Carlos; OLIVEIRA, Ednéia; GATTÁS, Carmen. A educomunicação socioambiental na Rede Municipal de Educação de São Paulo: histórico e análise a partir das perspectivas socioambiental, territorial e democrática. *Comunicação & Educação*, São Paulo, v. 28, n. 2, p. 196-211, 2023.

BUENO, Wilson da Costa. Comunicação científica e divulgação científica: aproximações e rupturas conceituais. *Informação & Informação*, Londrina, v. 15, n. 1, p. 1-12, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *Educação Ambiental: a formação do sujeito ecológico*. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2008.

CARVALHO, Fabiano Grecco de *et al.* Educomunicação socioambiental na costa brasileira: a experiência do projeto Babitonga Ativa. In: FERREIRA, Bruno de Oliveira; HASLINGER, Evelin; XAVIER, Jurema Brasil. *Práticas Educomunicativas*. São Paulo: ABPEducom, 2019, p. 281-302.

COMUNICAÇÃO Abpeducom. Associada da ABPEducom torna-se embaixadora do Programa Brasileiro de Saúde Planetária. In: Abpeducom. São Paulo, 12 maio 2022. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/associada-da-abpeducom-torna-se-embaixadora-do-programa-brasileiro-de-saude-planetaria/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

COMUNICAÇÃO Abpeducom. Educomunicação Socioambiental é ofertada para estudantes de Pedagogia da Universidade Federal do Oeste do Pará. In: Abpeducom. São Paulo, 7 mar. 2024a. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/educunicacao-socioambiental-e-ofertada-para-estudantes-de-pedagogia-da-universidade-federal-do-oeste-do-para/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

COMUNICAÇÃO Abpeducom. Indígenas lançam “Entre a terra e o tempo” em Mato Grosso do Sul como resultado de política pública estadual em Educomunicação. In: Abpeducom. São Paulo, 14 fev. 2024b. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/indigenas-lancam-entre-a-terra-e-o-tempo-em-mato-grosso-do-sul-como-resultado-de-politica-publica-estadual-em-educunicacao/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

COMUNICAÇÃO Abpeducom. Núcleo Regional da ABPEducom em Lins participa da implementação do projeto Clube Juvenil com grupo internacional. In: Abpeducom. São Paulo, 19 jun. 2024c. Disponível em:

<https://abpeducom.org.br/nucleo-regional-da-abpeducom-em-lins-participa-da-implementacao-do-projeto-clube-juvenil-com-grupo-internacional/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

COMUNICAÇÃO Abpeducom. Núcleo Regional de Lins da ABPEducom inicia 2021 com projetos educacionais. In: Abpeducom. São Paulo, 16 mar. 2021. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/nucleo-regional-de-lins-da-abpeducom-inicia-2021-com-projetos-educacionais/>. Acesso em: 20 jul. 2022.

COSTA, Elisângela Rodrigues da. Educomunicação e Agenda 2030: a transversalidade da política pública Cidadania Viva MS. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 46., Belo Horizonte, 2023. *Anais [...]*. São Paulo: Intercom, 2023.

EDUCOM & Clima. São Paulo, [2025]. Disponível em: <https://sites.usp.br/educomeclima/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

FERREIRA, Bruno. Como a educação ajudou estudantes a refletir sobre desigualdades e resiliência durante a pandemia. In: Base Educom. *Anuário 2020*. São Paulo, 22 maio 2021. Disponível em: <https://baseeducom.com.br/blog/como-a-educacao-ajudou-estudantes-a-refletir-sobre-desigualdades-e-resiliencia-durante-a-pandemia>. Acesso em: 3 ago. 2021.

FUNBEA. *Diretrizes de Educação Ambiental Climática*. [S.l., 2023]. Disponível em: https://www.funbea.org.br/wp-content/uploads/2023/09/Relatorio_EA-na-EC_DiretrizesEducacaoAmbientalClimatica.pdf. Acesso em: 14 mar. 2024.

GERHARDINGER, Leopoldo Cavaleri *et al.* Ampliando o horizonte da governança inclusiva para o desenvolvimento sustentável do oceano brasileiro. In: Painelmar. *I Volume Horizonte Oceânico Brasileiro: ampliando o horizonte da governança inclusiva para o desenvolvimento sustentável do oceano brasileiro*. [S.l.], 2020. p. 7-13.

HORTA, Patricia Alves. *Educom.rádio: uma política pública em educação*. 2007. Tese (Doutorado em Ciências da Comunicação) – Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007.

IPCC. Summary for Policymakers. In: IPCC. *Climate Change 2023: Synthesis Report*. Contribution of Working Groups I, II and III to the Sixth Assessment Report of the Intergovernmental Panel on Climate Change. Gênova, 2023.

LIMA, Carlos Alberto Mendes de; SANTOS, Isabel Pereira dos; SOARES, Maria Salete Prado. Programa Imprensa Jovem e a educação midiática na rede municipal de São Paulo. In: CETIC.BR. *TIC Educação 2019: pesquisa sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação nas escolas brasileiras*. São Paulo: Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2020. p. 137-145.

LINS. *Lei nº 5.667, de 5 de junho de 2012*. Institui o Comitê Linense de Vigilância Ambiental em Saúde – COLVAS e dá providências correlatas. Lins: Prefeitura Municipal de Lins, 2012. Disponível em: <http://200.171.219.2:5859/Sino.Siave/Documentos/Documento/54965>. Acesso em: 19 jul. 2022.

MARTIRANI, Laura Alves. Comunicação, educação e sustentabilidade: o novo campo da educomunicação socioambiental. In: Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação, 31., Natal, 2008. *Anais [...]*. São Paulo: Intercom, 2008.

MOREIRA, Sônia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (org.). *Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 269-279.

NATIONAL Academies Of Sciences, Engineering, And Medicine. *Forecasting the Ocean: The 2025-2035 Decade of Ocean Science*. Washington, DC: The National Academies Press, 2025.

OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos de. *Metodologia de produção de vídeos com o uso de música amazônica para a educomunicação científica e ambiental*. Porto Velho: Embrapa Rondônia, 2010. (Série Documentos, n. 139).

OLIVEIRA, Vânia Beatriz Vasconcelos de. Dialogismo na prática educacional de produção coletiva de vídeo ambiental. In: Congresso Ibero-Americano de Comunicação, 14., 2015, São Paulo. *Anais [...]*. São Paulo: ECA/USP, 2015.

ONU. *Agenda 2030 para o Desenvolvimento Sustentável*. Nova York, 25 set. 2015.

PAINELMAR. *II Volume Horizonte Oceânico Brasileiro: Educomunicando em Redes*. [S.l.], 2021.

PAINELMAR. *III Volume Horizonte Oceânico Brasileiro*. [S.l.], 2022.

REHDER, Maria. Sem deixar ninguém para trás! *Magistério*, São Paulo, n. 10, p. 43-49, 2020.

ROCHA, Joelita Palmeira. *Educomunicação a serviço da mobilização de agentes de saúde para a implantação de diretrizes educativas de vigilância em saúde no estado de São Paulo: relato de experiência*. 2020. 16 f. Monografia (Especialização) – Pós-Graduação em Gestão de Políticas de Assistência Social, Centro Universitário de Lins, Lins, 2020.

ROCHA, Joelita Palmeira *et al.* Educom.Saúde planetária sob a luz da Educomunicação socioambiental. In: SOARES, Ismar de Oliveira *et al.* *Educomunicação e Educação Midiática nas Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra*. São Paulo: ABPEducom, 2023. p. 437-455.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria do Meio Ambiente. Coordenadoria de Educação Ambiental. *Educação ambiental e desenvolvimento: documentos oficiais*. São Paulo: A Secretaria, 1994.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Portaria nº 7.991, de 13 de dezembro de 2016. Define normas complementares e procedimentos para a implementação do “Programa Imprensa Jovem”, e dá outras providências. *Diário Oficial da Cidade*: São Paulo, a. 61, n. 233, p. 9, 14 dez. 2016.

SÃO PAULO (Município). Secretaria Municipal de Educação. Coordenadoria Pedagógica. *Currículo da Cidade: Ensino Fundamental: Língua Portuguesa*. São Paulo: SME/COPEP, 2017.

SCALA, Luís. Projeto Caminhos das Águas, iniciativa do Ministério da Cultura, é lançado em Cuiabá, com o apoio da ABPEducom. In: Abpeducom. São Paulo, 11 abr. 2024. Disponível em: <https://abpeducom.org.br/projeto-caminhos-das-aguas-iniciativa-do-ministerio-da-cultura-e-lancado-em-cuiaba-com-o-apoio-da-abpeducom/>. Acesso em: 15 mar. 2025.

SILVEIRA, Isabelle da. Educomunicação socioambiental na zona costeira e marinha. In: PAINELMAR. *I Volume Horizonte Oceânico Brasileiro: ampliando o horizonte da governança inclusiva para o desenvolvimento sustentável do oceano brasileiro*. [S.l.], 2020. p. 35-55.

SOARES, Ismar de Oliveira. Comunicação/Educação: A emergência de um novo campo e o perfil de seus profissionais. *Contato*, Brasília, n. 2, p. 19-74, jan./mar. 1999.

SOARES, Ismar de Oliveira. Educomunicação e Educação Midiática: vertentes históricas de aproximação entre comunicação e educação. *Comunicação & Educação*, v. 19, n. 2, p. 15-26, jul./dez. 2014.

SOARES, Ismar de Oliveira. Plano de leitura e de pesquisa. In: SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; XAVIER, Jurema Brasil (org.). *Educomunicação e suas áreas de intervenção: novos paradigmas para o diálogo intercultural*. São Paulo: ABPEducom, 2017. p. 14-18.

SOARES, Ismar de Oliveira *et al.* *Educomunicação e Educação Midiática nas Práticas Sociais e Tecnológicas pelos Direitos Humanos e Direitos da Terra*. São Paulo: ABPEducom, 2023.

SOARES, Ismar de Oliveira Soares; VIANA, Claudemir Edson; PRANDINI, Paola Diniz. *Educomunicação, Transformação Social e Desenvolvimento Sustentável*. São Paulo: ABPEducom, 2020.

SOARES, Ismar de Oliveira; VIANA, Claudemir Edson; FERREIRA, Irma Teresinha Rodrigues Neves. Educomunicação nas políticas públicas de saúde no estado de São Paulo: Projeto Educom.Saúde-SP em tempos de COVID-19. *Boletim Epidemiológico Paulista*, São Paulo, v. 18, n. 208, p. 22-31, abr. 2021.

STUMPF, Ida Regina C. Pesquisa bibliográfica. In: DUARTE, Jorge; BARROS, Antonio (orgs.). *Métodos e Técnicas de Pesquisa em Comunicação*. São Paulo: Atlas, 2005. p. 51-61.

UNESCO. *Educação para o desenvolvimento sustentável na escola: caderno introdutório*. Brasília, 2020.

USP. Escola de Comunicações e Artes. *Disciplina: CCA0320 - Educomunicação Socioambiental*. São Paulo, [2014]. Disponível em: <https://uspdigital.usp.br/jupiterweb/obterDisciplina?sgldis=CCA0320&verdis=2>. Acesso em: 15 mar. 2025.

VIANNA, Daniela; ZIMERMANN, Patricia; SARAIVA, António Mauro. *Avanço e integração das políticas de clima e saúde no Brasil: percepções de stakeholders brasileiros*. São Paulo: IEA/USP, 2025.

WHITMEE, Sarah *et al.* Safeguarding human health in the Anthropocene epoch: report of The Rockefeller Foundation – Lancet Commission on planetary health. *The Lancet*, Londres, v. 386, n. 10007, p. 1973-2028, nov. 2015.

ZIMERMANN, Patricia. *Educomunicação socioambiental como política pública: a mobilização cidadã no ecossistema Babitonga*. 2019. Dissertação (Mestrado em Ciências da Comunicação) - Escola de Comunicações e Artes, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2019.

Felipe Saldanha - Universidade Presbiteriana Mackenzie – UPM

Doutor em Ciências da Comunicação, Universidade de São Paulo (USP). Mestre profissional em Tecnologias, Comunicação e Educação, Universidade Federal de Uberlândia (UFU). Graduado em Comunicação Social, com habilitação em Jornalismo, UFU. Professor na Universidade Presbiteriana Mackenzie (UPM). Membro do Conselho Consultivo Deliberativo da Associação Brasileira de Pesquisadores e Profissionais em Educomunicação (ABPEducom).

E-mail: fgsaldanha@gmail.com